

A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965)*

Luiz Carlos Jackson

O objetivo deste texto é mapear alguns dos principais projetos acadêmicos em disputa nas décadas de formação das ciências sociais paulistas (1940-1964), tomando como parâmetro revistas culturais e científicas por meio das quais a produção do período era divulgada. Sabemos que, à época, também os jornais eram importantes meios de divulgação, mas centraremos nossa análise nos periódicos especializados, já que eles constituem um aspecto inerente ao processo de autonomização científica (cf. Miceli, 1989), permitindo ao pesquisador detectar estratégias de consagração dos agentes – indivíduos, grupos ou instituições – e de desqualificação dos rivais.

Emílio Willems foi criador e editor, com Romano Barreto, de *Sociologia*¹. Publicada entre 1939 e 1966, dois períodos devem ser notados imediatamente. O primeiro, anterior a 1947, quando a revista era oficialmente desvinculada da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP)²; o segundo, de 1947 em diante, quando se torna órgão oficial da instituição. Fernando Limongi toma como parâmetro para dividir as diferentes fases do periódico as mudanças em sua direção. Teríamos, assim, três fases: Emílio Willems e Romano Barreto (1939-1948); Oracy Nogueira e Donald Pierson (1949-1957); Alfonso Trujillo Ferrari (1958-1966).

A primeira fase é reveladora da atuação do sociólogo e antropólogo alemão na década de 1940, período em que lecionou na USP e na ELSP. A revista o aproximou de Herbert Baldus e de Pierson, principais colabo-

*Trata-se de versão resumida do segundo capítulo de minha tese de doutorado, *Representações do mundo rural brasileiro: dos precursores à sociologia da USP*, defendida na USP em outubro de 2003.

1. A análise da revista segue em boa parte o texto de Fernando Limongi (1987b). Agradecemos ao autor o empréstimo do texto, infelizmente de difícil acesso.

2. Para maiores informações sobre a ELSP, fundada em 1933, ver Limongi (1987b).

radores dessa fase, mas também de Roger Bastide, que escreveu artigos e indicou colaboradores, entre eles o jovem Florestan Fernandes, que contribuiu com “Folclore e grupos infantis” (vol. 4, n. 4, 1942), “Educação e cultura infantil” (vol. 5, n. 2, 1943), “Aspectos mágicos do folclore paulistano” (vol. 6, n. 2-3, 1944), “O problema do método na investigação científica” (vol. 9, n. 2, 1947), além de escrever resenhas em quase todos os números de 1944 a 1946. A colaboração dos jovens sociólogos da USP deu-se também com Gioconda Mussolini: “O cerco da tainha na Ilha de São Sebastião” (vol. 7, n. 3, 1945) e “O cerco flutuante: uma rede de pesca japonesa que teve a Ilha de São Sebastião como centro de difusão no Brasil” (vol. 8, n. 3, 1946). De Antonio Candido, temos seu primeiro artigo sociológico, “Opinião e classes sociais em Tietê” (vol. 9, n. 2, 1947).

A partir da confirmação da revista como órgão oficial da ELSP, anunciada em 1947, diminuiu sensivelmente a presença da USP em suas páginas. O quadro reflete, do nosso ponto de vista, o fracasso do “projeto ecumênico” de Willems – que teria o objetivo de reunir as duas instituições acadêmicas na construção das ciências sociais paulistas –, provavelmente inviabilizado pelo alinhamento progressivo com Donald Pierson, o que pode ser acompanhado nas páginas de *Sociologia*.

Fernando Limongi notou a relação entre a atuação de Pierson, Baldus e Willems nas seções fixas da revista e a criação da pós-graduação na ELSP, na qual os três eram professores, respectivamente, de “Pesquisas sociais na comunidade paulista”, “Etnologia brasileira” e “Assimilação e aculturação no Brasil” (Limongi, 1987b, p. 11). As “notas sociológicas” de Pierson, que passaram a ser publicadas a partir do terceiro volume da revista e depois foram compiladas em *Teoria e pesquisa em sociologia* (1945), representavam a perspectiva sociológica em boa parte compartilhada com Willems, o que se confirma na resenha do livro feita por ele em *Sociologia* (vol. 8, n. 2, 1946), na qual enfatiza a tese de Pierson segundo a qual o ensino da matéria deveria se afastar da orientação histórica, predominante, e sublinha a perspectiva do sociólogo norte-americano sobre a relação entre teoria e pesquisa: “O livro é uma lição para aqueles que se habituaram a ver na teoria e na prática dois conceitos antagônicos” (p. 144).

A partir de 1949, sob a direção de Oracy Nogueira (na maior parte do tempo com Pierson), até 1957, o foco principal de *Sociologia* será os “estudos de comunidades”, coordenados por Pierson (principalmente as pesquisas sobre Cruz das Almas e o vale do São Francisco). O periódico assume, então, a divulgação das pesquisas realizadas pela ELSP. Na terceira

fase, sob a direção de Ferrari, marcada pelo retorno de Pierson aos Estados Unidos e pelo declínio da instituição, a revista, sem uma linha definida, abriria espaço novamente aos sociólogos da USP.

Publicada desde 1935, a *Revista do Arquivo Municipal* destaca-se pela presença marcante de Herbert Baldus, orientador de Florestan na ELSP, por meio da longa série de artigos, iniciada em 1944, que comporia *Os Tapirapé*. Em 1946, no conhecido número especial sobre Mário de Andrade, Florestan Fernandes publicaria pela primeira vez no periódico, ao lado de Roger Bastide, Antonio Candido, Paulo Duarte e Sérgio Milliet. O número marca, entre outras coisas, o começo da colaboração freqüente do autor, viabilizada possivelmente pela intervenção de Baldus. No número seguinte, março-abril de 1946, além da publicação do texto “Tiago Marques Aipobureu: um bororo marginal”, surgem resenhas do autor.

Em 1947, Florestan publicou nessa mesma revista “As trocinhas do Bom Retiro”, além de resenhas. O ano de 1948 não registrou nenhuma publicação sua na revista, mas o número de fevereiro de 1949 ratificou seu prestígio. Parece estranho hoje em dia que Florestan Fernandes tenha assinado treze resenhas em um único número, o que demonstraria, para tanto, sua proximidade da editoria da revista. E mais: o conjunto era uma demonstração de força. Nesse sentido, chama a atenção o fato de o autor comentar textos e iniciativas de figuras proeminentes do período, como Bastide (edição mexicana de *Arte e sociedade*), Willems (*A aculturação dos alemães no Brasil*), Pierson (*Estudos de ecologia humana*), Baldus (*Revista do Museu Paulista*), Schaden (*A mitologia heróica de algumas tribos indígenas*) e Sérgio Buarque de Holanda (segunda edição de *Raízes do Brasil*).

Em antropologia, duas revistas ganhariam, nos anos de 1950, o espaço perdido pela *Revista do Arquivo Municipal*. Herbert Baldus editou a partir de 1947 a *Revista do Museu Paulista* (nova série) e Egon Schaden, a *Revista de Antropologia*, criada em 1953. Ambas desenvolveram um perfil mais acadêmico. Publicada anualmente, a primeira supriu por vezes a carência do mercado editorial de então, apresentando vários trabalhos na íntegra, como *A moda no século XIX*, de Gilda de Mello e Souza, em 1951; *Função social da guerra na sociedade Tupinambá*, de Florestan Fernandes, em 1952; *Os Caraybas negros*, de Ruy Coelho, em 1964; *Bairros rurais paulistas*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz, em 1967.

Como editor, Baldus equilibrou-se entre as disputas de instituições e grupos. Quanto à colaboração de Florestan e de seu grupo para a revista, conta-se a publicação na íntegra de sua tese, em 1952, já citada acima. Em

1949, Florestan publicara “A análise funcionalista da guerra: possibilidades de aplicação à sociedade Tupinambá”; em 1950, escrevera uma nota por ocasião da morte de Arthur Ramos, além de uma resenha. Depois de 1952, o autor publicaria apenas mais um artigo, “Current theoretical trends of ethnological research in Brasil”, em 1959. Na década de 1960, dois artigos de Octavio Ianni, sobretudo “Os estudos sobre relações raciais no Brasil” (vol. XVI, 1965-1966), e uma resenha de Gabriel Cohn no mesmo número, sobre *Integração do negro na sociedade de classes*, demarcam a influência crescente do grupo, sobretudo no âmbito dos estudos sobre relações raciais.

Também a *Revista de Antropologia*, criada por Egon Schaden em 1953, constituiu palco para disputas entre grupos e instituições, marcando a perspectiva de seu editor e da antropologia da USP no cenário acadêmico. Nesse sentido, a maioria dos textos publicados, sobretudo as resenhas bibliográficas, são assinados pelos cientistas sociais da USP. Nos anos de 1950, esse seria o único periódico editado pelas ciências sociais na FFCL, o que explicaria certo ecletismo (também em função do número reduzido de antropólogos) verificado na diversidade de temas tratados.

Em relação à presença de sociólogos das duas cadeiras de sociologia (I e II), nota-se equilíbrio. A revista publicou artigos como “Aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro” (vol. 1, n. 2, dez. 1953), de Gioconda Mussolini, texto que a aproxima da reflexão de Antonio Candido, por sugerir, embora sem sistematizar, a importância do bairro como unidade de sociabilidade e também por defender a unidade social e cultural do mundo caíçara. Esse fato indica, provavelmente, a construção coletiva dessa interpretação. Vejamos uma passagem decisiva:

A pesca representa, em geral, uma forma de organização de trabalho e produção que transcende os limites meramente familiares para se converter em atividade comunitária. No tocante à roça, a família se basta, suplementa a atividade de seus membros com a colaboração de um compadre ou amigo que, pela instituição do “adjutório” ou “troca dia”, cede um dia de trabalho, esperando a retribuição no momento oportuno. Ou então, os de mais recurso, pagando esta colaboração. Mas é na pesca, ao redor da rede, que se estabelece toda uma série de interações entre os moradores de um bairro, unindo-os em cooperação, e fazendo com que constituam, realmente, um grupo local.

A partir desse número, seria freqüente a colaboração de Maria Isaura Pereira de Queiroz, da qual se destaca “A dança de São Gonçalo, fator

de homogeneização social numa comunidade da Bahia” (vol. 6, n. 1, 1958) e “Aspectos gerais do messianismo” (vol. 8, n. 1, 1960). Antonio Candido escreveu “Possíveis raízes indígenas duma dança popular” (vol. 4, n. 1, 1956).

Os artigos de Octavio Ianni, “Estudos de comunidades e conhecimento científico” (vol. 9, n. 1-2, 1961), e Maria Sylvia de Carvalho Franco, “O estudo sociológico de comunidades” (vol. 11, n. 1-2, 1963), criticaram os “estudos de comunidades”, cujos princípios haviam sido expostos anos antes na revista por Oracy Nogueira em “Os estudos de comunidades no Brasil” (vol. 3, n. 2, 1955). Florestan publicou “Levy-Bruhl e o espírito científico” (vol. 2, n. 2, 1954) e “Psicanálise e sociologia” (vol. 4, n. 2, 1956).

No contexto aqui examinado, contudo, duas revistas de perfil singular devem ser destacadas: *Anhembi* (1950-1962) e *Revista Brasiliense* (1955-1964). A afinidade entre elas já foi notada por Fernando Limongi (1987a), apesar das diferenças decorrentes sobretudo de orientações políticas divergentes de seus editores, Paulo Duarte e Caio Prado Jr. Ambas situavam-se a meio caminho entre os campos político e cultural, e serviram também ao debate acadêmico, especialmente às ciências sociais, em decorrência sobretudo da atuação de Florestan Fernandes, que delas se utilizou como “caixa de ressonância” para a legitimação de seu projeto acadêmico, como tentarei demonstrar.

Anhembi deve ser compreendida, antes de tudo, como um projeto pessoal de seu editor, Paulo Duarte, que, segundo Mônica Pereira (1987), aproximava-se da vertente elitista do liberalismo, pautada pela crença na formação de elites dirigentes ilustradas. Nesse sentido, a revista teria como objetivo elevar o nível cultural das elites. Editada mensalmente, teria forma eclética, comportando uma primeira parte mais erudita, com muitos colaboradores estrangeiros e acadêmicos brasileiros. Estes figurariam também na seção “Livros de trinta dias”, de comentários bibliográficos. É muito provável que Florestan Fernandes e Paulo Duarte tenham se aproximado por intermédio de Roger Bastide, colaborador freqüente da revista e amigo pessoal do editor. O fato é que, a partir da publicação seriada de *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo* – pesquisa patrocinada pela Unesco e pela *Anhembi*, cujo texto principal, de Bastide e Florestan, foi publicado nos números 30 a 34 da revista (maio-set. 1953) – e do retorno definitivo de Bastide à França³, em setembro de 1954, a colaboração de Florestan e sua influência na revista tornaram-se constantes. Veri-

3. É significativo, para pensarmos a inserção de Bastide na revista, que esta protestasse (n. 49, dez. 1954), à época do afastamento, aos governos brasileiro e francês e à USP, reclamando providências para que o fato fosse revertido. O Departamento de Sociologia e Antropologia da USP respondeu (n. 51, fev. 1955) afirmando que todo o possível fora feito, mas que se tratava de decisão pessoal de Bastide. Com seu afastamento, Florestan assume a Cadeira de Sociologia I, em 1954.

ficou-se então, a partir de 1955, a publicação de textos e resenhas do autor e de seus assistentes na Cadeira de Sociologia I.

Ao mesmo tempo, outra vertente de estudos marcava presença nesse periódico. A partir de agosto de 1955 (n. 57) teve início a publicação da série de artigos que comporia o volume *Estudos de sociologia e história*, editado em 1957 pela editora Anhembi. O livro é formado por três trabalhos. O primeiro é uma tentativa de interpretação (na verdade, uma investigação) do fato trágico ocorrido no município de Malacacheta, Minas Gerais, na Fazenda São João da Mata. Ali, quatro crianças haviam sido assassinadas por “um grupo de sertanejos, aderentes da Igreja Adventista da Promessa”, por estarem, na visão deles, possuídas pelo diabo. Logo depois do episódio, ocorrido em 14 de abril de 1955 e notificado em julho pela revista, por iniciativa conjunta da *Anhembi*, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia da USP, o sociólogo Carlo Castaldi, a antropóloga Eunice Ribeiro (depois Durham) e a psicóloga Carolina Martuscelli seguiram para o local com o objetivo de explicar os fatos, permanecendo ali entre 11 de julho e 8 de agosto. O resultado da investigação, redigido pelos três pesquisadores sob a orientação do primeiro, compõe o interessantíssimo “O demônio no Catulé”.

O segundo trabalho, de Maria Isaura Pereira de Queiroz, trata de fenômeno ocorrido na cidade de Tambaú, São Paulo, para onde se dirigiam à época milhares de pessoas atraídas pelos “milagres” realizados por padre Donizetti. Finalmente, o terceiro é um ensaio da mesma autora, baseado em fontes secundárias, sobre “O mandonismo local na vida política brasileira”.

A introdução do livro, feita por Maria Isaura Pereira de Queiroz, indica que Bastide possivelmente havia legado também a ela a tarefa de substituí-lo no relacionamento da faculdade com a revista *Anhembi*. A série seria publicada de agosto de 1955 (n. 57) a março de 1957 (n. 76). Nesse período, Florestan Fernandes publicou inúmeras resenhas, além dos artigos “Tendências teóricas da moderna investigação etnológica no Brasil”, em dezembro de 1956 e janeiro de 1957 (n. 73-74), e “Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil” (n. 75-76), reunidos com outros artigos e publicados no livro *A etnologia e a sociologia no Brasil*, em 1958, pela Anhembi.

Em 1957 e 1958, intensificou-se a colaboração de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni. No número 77 (abr. 1957), por exemplo, Fernando Henrique escreve uma resenha do livro *De comunidade à metrô-*

pole, de Richard Morse. O tom elogioso acompanha um resumo bem feito, seguido de crítica aqui reproduzida, que constata certa dicção recorrente, que incide sempre na fragilidade dos fundamentos teóricos e das provas empíricas:

Considerando os alvos expressos a que o autor se propôs e as limitações implicadas pelo método de análise escolhido e pelas disponibilidades de material empírico ou interpretativo sobre a cidade de São Paulo, creio que *De comunidade à metrópole* é um dos melhores trabalhos realizados sobre São Paulo, sendo sob muitos aspectos pioneiro na historiografia paulistana. [...] Entretanto, a liberdade na seleção do material e a exploração interpretativa de certas evidências que podem ser consideradas típicas [...], que o método de análise escolhido possibilita, não são suficientes para deixar o trabalho ao abrigo da crítica que pode ser feita quanto à consistência empírica ou teórica de certas explicações que são utilizadas no decorrer do trabalho e, sobretudo, quanto à conotação valorativa de certas explanações (pp. 351-352).

Octavio Ianni, por sua vez, participa com a resenha do livro de Clovis Caldeira, *Mutirão*, na qual tal dicção se fazia presente, o que também ocorreu na crítica a *Êxodo rural*, de José Francisco de Camargo (n. 82, set. 1957), quando o autor reclamava da falta de objetividade, de rigor científico, de elaboração teórica consistente.

Na estréia de Marialice Foracchi (n. 87, fev. 1958), resenhando *Determinismes sociaux et liberté humaine*, de Gurvitch, a crítica ao final do texto seguia essa mesma orientação.

O número seguinte da revista (n. 88, mar. 1958) tem grande interesse para nossa discussão, porque o alvo dessa vez foi *Estudos de sociologia e história*, acima citado. A crítica dura de Octavio Ianni ao livro parece ter explicitado divergências internas à cadeira de Sociologia I, à qual Maria Isaura Pereira de Queiroz ainda estava vinculada. Sobre “O demônio no Catulé”, Ianni afirmava:

Enfim, trata-se de um trabalho que deve ser meditado, não somente pelos resultados positivos que apresenta, mas também por algumas das suas deficiências. Não que estas sejam graves, mas porque se ligam à experiência de uma investigação realizada por equipe, o que as tornam do maior interesse para os especialistas, pois que põem em evidência certas condições mínimas ao desenvolvimento da investigação científica.

Inicialmente devemos lembrar que o trabalho se ressentia da ausência de uma estrutura metodológica consistente. À falta de uma introdução sistemática [a introdução foi escrita por Maria Isaura] não ficamos sabendo quais são os fins interpretativos dos especialistas. Não está formulada uma proposição que oriente o raciocínio do leitor ou que revele em que medida os investigadores se orientaram no sentido de reconstruir e explicar determinado processo sociocultural (p. 126).

Lembramos aqui as condições da pesquisa – realizada em pouco tempo, ainda sob “o calor dos acontecimentos” –, que poderiam ter sido levadas em conta por Ianni. A crítica aos trabalhos de Maria Isaura, “Tambaú, cidade dos milagres” e “O mandonismo local na vida política brasileira”, tinha caráter semelhante, também insistindo na falta de rigor da construção teórica, da fundamentação empírica e das generalizações indevidas.

A colaboração freqüente de Florestan Fernandes e seu grupo seria uma constante até os últimos números da revista, destacando-se a publicação seriada de “O folclore de uma cidade em mudança”, do número 106 (set. 1959) ao 114 (maio 1960); surgem também resenhas críticas ao ISEB, de Fernando Henrique Cardoso, sobre *Perspectiva atual da América Latina*, de Candido Antonio Mendes de Almeida (n. 112, mar. 1960); de Maria Sylvia de Carvalho Franco, sobre *Ideologia e desenvolvimento nacional*, de Alvaro Pinto (n. 114, maio 1960); e de Marialice Foracchi, sobre *Formação e problema da cultura brasileira*, de Roland Corbisier (n. 121, dez. 1960); além de resenhas elogiosas de membros do grupo a livros de Florestan Fernandes, como a de Octavio Ianni, sobre *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (n. 109, dez. 1959); a de Marialice Foracchi sobre o mesmo livro (n. 114, maio 1960); a de Luís Pereira sobre *Mudanças sociais no Brasil* (n. 119, out. 1960); a de Ianni, sobre *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (n. 126, jun. 1961); e a de Luís Pereira, sobre *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo* (n. 136, mar. 1962).

Passemos agora à *Revista Brasiliense*, editada por Caio Prado Jr. entre 1955 e 1964. Na interpretação de Fernando Limongi (1987a), essa publicação aproximava-se em muito da revista *Anhembi*, apesar da distância ideológica que as separava. Isso não apenas porque expressava a posição política de uma facção do PCB, unida por “amargas derrotas na luta partidária” (*Idem*, p. 30) contra a facção dominante do partido⁴, mas também porque se articulava aos campos cultural e acadêmico. Nesse sentido, o autor menciona um dos objetivos explícitos do manifesto de criação da revista, a “renovação e os progressos da cultura brasileira” (*Idem*, p.

4. “Em desacordo profundo com a linha oficial do Partido, marginalizados politicamente, os mentores da *Revista Brasiliense* não fazem do periódico que editam um meio para reverter esta posição. [...] optando por dirigir-se ao público externo [...] e evitando deliberadamente qualquer confronto com o aparelho partidário, a revista pode ser tomada como a expressão da resignação ante a derrota e a marginalização no Partido e, nesse sentido, como a acomodação possível com este” (Limongi, 1987a, p. 33).

43), e destaca a importância, ao lado dos artigos propriamente políticos, dos artigos voltados à crítica cultural e à divulgação científica, com ênfase nas ciências sociais, chamando a atenção para o recrutamento privilegiado, nesse caso, dos acadêmicos vinculados à cadeira de Sociologia I da FFCL-USP.

As duas revistas foram cruciais para a legitimação do grupo de Florestan não apenas academicamente, mas de forma ampliada, inserindo-o nos campos político e cultural. Nesse sentido, embora na *Anhembi* Florestan Fernandes, a partir da metade dos anos de 1950, atuasse quase como editor, aproximando-se de Paulo Duarte pelo intuito de atuar na modernização do país, elevando o padrão cultural dominante, sobretudo pela incorporação da leitura de textos científicos dispostos lado a lado com jornalismo e crítica cultural, também na *Revista Brasiliense*, ainda que aparentemente com menor atuação direta, havia o encontro de orientações políticas e intelectuais, dado sobretudo pela perspectiva socialista de ambas as edições e por meio da definição de um programa de pesquisa por Florestan Fernandes, que culminou em *Revolução burguesa no Brasil*, (1975), centrado na interpretação sociológica, não exclusivamente marxista, do processo de formação da sociedade de classes no Brasil, preocupação central na obra de Caio Prado Jr.

Nesse sentido, a *Revista Brasiliense* constituiu-se como um espaço privilegiado para demarcar a posição política e o projeto acadêmico do grupo. O primeiro artigo de Florestan Fernandes publicado no periódico foi “Ciência e sociedade na evolução social do Brasil” (n. 6, jul.-ago. 1956), depois incluído na segunda parte do livro *A etnologia e a sociologia no Brasil* (1958), intitulada significativamente de “A sociologia em uma sociedade em mudança”. Acompanhando a argumentação de Sylvia Garcia em *Destino ímpar* (2002), o texto justifica a opção de Florestan por privilegiar a atuação acadêmica em prejuízo da militância política, decisão que teria sido orientada por Hermínio Sacchetta por volta de 1946.

Florestan avaliava a importância do desenvolvimento científico no Brasil em modernização, processo necessário à racionalização da consciência social e à possibilidade de se

[...] formar uma nova concepção da dignidade e do valor da pessoa humana. O homem popular vale hoje, política e juridicamente, tanto quanto o antigo senhor rural. Ele precisa adquirir consciência dessa situação e aprender a se orientar dentro dela, para não ser vítima de manipulações de sua vontade e servir a interesses ou a ideais de outrem (1958, p. 185).

Percebem-se, portanto, dois movimentos articulados. De um lado, a defesa da sociologia como ciência, sintonizada com as transformações em curso; de outro, o foco nessas mesmas transformações, das quais seria possível apreender as possibilidades concretas de intervenção racional e política na sociedade brasileira. O fato de o texto ser publicado na *Revista Brasiliense* não é casual, sinalizando uma “tomada de posição”, sintonizada com a perspectiva intelectual e política de Caio Prado Jr. A data da publicação, 1955, deve ser frisada, por ser emblemática de certa reorientação na trajetória de Florestan Fernandes, apreendida por Sylvia Garcia nos seguintes termos:

Para caracterizar essencialmente o período, do ponto de vista da atuação de Florestan, o ponto central é a busca do desenvolvimento de uma sociologia de orientação científica concentrada no diagnóstico e na análise dos problemas da sociedade nacional. Em uma fórmula sintética, a década é identificada ao momento da criação de uma sociologia *do* Brasil; segundo Florestan, uma etapa que se desdobra a partir de seu trabalho na década anterior, de estabelecimento das bases da sociologia *no* Brasil (2002, p. 161).

A partir de então, as presenças de Florestan Fernandes (doze artigos), Fernando Henrique Cardoso (seis) e Octavio Ianni (seis) seriam frequentes na revista. Quanto ao número de artigos publicados, Florestan Fernandes figura em sétimo lugar – Caio Prado Jr. é o segundo, com 31 artigos. Haveria ainda textos de Luís Pereira (três), José de Souza Martins (um) e José Cesar Gnaccarini (um). A cadeira de Sociologia II figura apenas com um artigo de Antonio Candido sobre associações literárias, em 1957, e outro de Maria Isaura, em 1963.

Nota-se, em comparação com a *Anhembi*, algumas diferenças importantes no padrão de relacionamento da *Revista Brasiliense* com os sociólogos da USP. Um primeiro ponto diz respeito à intermediação evidente de Roger Bastide no caso da *Anhembi*. Esse fato explica, provavelmente, a participação significativa de Maria Isaura Pereira de Queiroz nessa revista, garantindo – também em função das colaborações diretas do sociólogo francês e de outros autores, como Oracy Nogueira – certo equilíbrio entre estilos de trabalho e perspectivas de análise em suas páginas, o que condizia com a linha editorial, mais eclética e de cunho liberal, do editor Paulo Duarte. Outro aspecto reside nas modalidades distintas de atuação do grupo de Florestan em cada revista (certamente negociada com os

editores). Na *Anhembi*, a participação na sessão de artigos é quase exclusivamente reservada a Florestan Fernandes. Seus discípulos escrevem sobretudo resenhas bibliográficas na sessão “Livros de trinta dias”. A colaboração na *Revista Brasiliense* ocorre quase sempre por meio de artigos.

Podemos associar tal fato à maior identificação do grupo com a linha editorial dessa revista, em função de sua orientação ideológica. Por exemplo, os artigos de Fernando Henrique e Octavio Ianni tinham como eixo o problema do desenvolvimento, relacionado a temas como nacionalismo, educação, industrialização e consciência política. Com *Anhembi*, a identificação é parcial, dada pela crença compartilhada na racionalidade científica, de um lado, e nos ganhos simbólicos auferidos por ambas as partes, de outro. A revista foi legitimada pela colaboração dos acadêmicos da USP, e estes conquistaram um espaço aparentemente neutro para divulgação de sua produção intelectual. Numa fórmula simplificadora, ocorreu identificação de interesses com a *Anhembi* e de idéias com a *Brasiliense*.

Outros periódicos importantes da época, publicados em Minas Gerais, são a *Revista Brasileira de Estudos Políticos (RBEP)*, iniciada em dezembro de 1956, e a *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS-MG)*, publicada entre 1961 e 1966. Ambas inscrevem-se no esforço de legitimação de Minas Gerais no campo das ciências sociais brasileiras, após a federalização da Universidade de Minas Gerais em 1949 e a criação do curso de Sociologia e Política na Faculdade de Ciências Econômicas em 1953. Segundo a interpretação de Maria Arminda do Nascimento Arruda (2001), que privilegia em sua análise o segundo periódico, eles seriam concorrentes, tanto por razões acadêmicas (o primeiro foi editado pela Faculdade de Direito, o segundo pela Faculdade de Ciências Econômicas), como ideológicas, mas parece que tal divisão pode ser apreendida nas diferentes estratégias editoriais das revistas em relação a São Paulo. Nas páginas de *RBEP*, Orlando M. Carvalho, que dirigia a revista, prestigiava as duas Cadeiras de Sociologia da USP, assim como a Cadeira de Política (Lourival Gomes Machado fazia parte do conselho do periódico). São freqüentes artigos e resenhas assinados por Oliveiros Ferreira e Paula Beiguelman (Política); Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni (Sociologia I); Azis Simão, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Duglas Teixeira Monteiro (Sociologia II). Em *RBCS-MG*, apenas a Cadeira de Sociologia I comparece em seus poucos números, na figura de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e José Carlos Pereira. A diferença apontada sugere que – como na comparação entre *Anhembi* e *Brasiliense* – na

RBCS haveria entre os editores da revista e os sociólogos paulistas nomeados afinidades ideológicas além de interesses acadêmicos convergentes.

Por ser mais aberta em relação à USP, a *RBEP* oferece ao pesquisador terreno privilegiado para apreender disputas internas a essa instituição. Tal impressão é reforçada nas resenhas de Maria Isaura sobre Bastide, que tem a maioria de seus livros comentados pela socióloga, desde o retorno à França em 1954 até sua morte no começo dos anos de 1970. Claramente, ela assumiria a herança intelectual do sociólogo francês, valorizada também por Florestan, mas não da mesma forma. Vejamos as resenhas.

A primeira delas (n. 10, jan. 1961) analisa *Sociologie du Brésil*, opúsculo montado a partir de aulas ministradas no Instituto de Altos Estudos da América Latina e por isso mesmo, segundo a autora, um pouco esquemático e excessivamente resumido. Assim limitado, o trabalho “dá uma idéia básica dos aspectos principais dos dois problemas” – o nascimento da classe média e o desaparecimento, com a abolição, dos traços de casta do período colonial e imperial (p. 211) – “e oferece excelentes hipóteses diretoras para ulteriores análises e estudos mais aprofundados” (p. 212). As críticas enunciadas no final da resenha justificam-se, provavelmente, pelo caráter da obra e por ela possibilitar à autora um posicionamento diante de problema tão essencial como o da estratificação social na colônia, para o qual sugere uma primeira clivagem, entre castas de homens livres e escravos, e uma segunda relativa aos homens livres, separados numa classe alta e outra baixa. É na resenha sobre *Les religions africaines au Brésil: vers une sociologie des interpénétrations de civilisations* (n. 13, jan. 1962), entretanto, que notamos a defesa da sociologia da cultura proposta por Bastide. Dois aspectos centrais, comentados pela autora, devem ser notados: a relação complexa postulada por Bastide entre cultura e estrutura social, e as interfaces entre cultura e política.

Bastide romperia, segundo a autora, tanto com modelos que isolam a cultura como com os que a tomam como fenômeno derivado da estrutura social (em chave funcionalista ou marxista), enfatizando sempre, a partir da pesquisa, os nexos necessários, mas contingentes, que relacionam as dimensões. Trata-se, enfim, de encarar a complexidade do mundo real da forma menos redutora possível, adotando uma atitude radicalmente antietnocêntrica.

De todo modo, a revista permanece, até 1965, um espaço privilegiado para as ciências sociais da USP, praticamente fechada apenas aos antropólogos (há apenas um artigo de Schaden, no número 14, de julho de 1962),

com uma divisão bastante equilibrada, levando em conta o fato fundamental, que justifica certa preponderância da Cadeira de Sociologia I, de que, neste caso, atua-se antes como grupo do que como autoria individual. Isso se revela com clareza no número especial da revista (n. 12, out. 1961) dedicado à reforma agrária.

Nesse número figuram artigos de Fernando Henrique Cardoso (“Tensões sociais no campo e reforma agrária”), de Octavio Ianni (“A constituição do proletariado agrícola no Brasil”), de Duglas Teixeira Monteiro (“Estrutura social e vida econômica em uma área de pequena propriedade e de monocultura”), de Paul Singer (“Agricultura e desenvolvimento econômico”) e de Salomão Schattan (“Estrutura econômica da agricultura paulista”).

Já no caso da *RBCS-MG*⁵, nota-se, em relação às ciências sociais paulistas, um recrutamento específico centrado na Cadeira de Sociologia I. Esse fato justifica-se em parte pelo direcionamento temático, característico dos seis números editados, que privilegiou a questão do desenvolvimento. A disputa flagrada na revista diz respeito sobretudo ao debate circunscrito pelos três pólos institucionais dominantes em relação ao tema: USP, Iseb e Cepal. Tal orientação localizava o projeto editorial tanto no âmbito mais restrito – na concorrência com a *RBEP* – como no cenário nacional. Nesse sentido, apesar de sua interrupção precoce, por razões políticas evidentes, a revista legitimou-se como uma das principais publicações das ciências sociais brasileiras nos anos de 1960. Do nosso ponto de vista, é patente a exclusividade da “escola paulista” nas páginas da *RBCS-MG*, como representante das ciências sociais praticadas em São Paulo. A única exceção, nesse ponto, é o artigo “Índices do desenvolvimento de São Paulo” (vol. 2, n. 2, jul. 1962), de Oracy Nogueira. Octavio Ianni figura com três artigos⁶, Florestan Fernandes, Fernando Henrique, José Carlos Pereira, Paul Singer e José Gianotti, com um.

O percurso até aqui realizado privilegiou, inicialmente, o projeto acadêmico centralizado na ELSP, a partir de sua conformação na revista *Sociologia*. Nessa, Emílio Willems, Donald Pierson, Herbert Baldus e Oracy Nogueira foram os personagens decisivos, em boa parte responsáveis pelos rumos tomados pelas ciências sociais em São Paulo até meados dos anos de 1950.

Em seguida, tomando como referência a *Revista do Arquivo Municipal*, a *Revista do Museu Paulista* (nova série) e a *Revista de Antropologia*, confirmou-se a tendência de autonomização científica, por meio das duas últi-

5. Para uma análise mais abrangente desse periódico, ver Arruda (2001). Seguimos, em boa parte, os argumentos da autora.

6. Outra publicação que sinaliza o prestígio crescente de Ianni nos anos de 1960, à medida que a política se radicaliza no país, é a *Revista Civilização Brasileira*, editada no Rio de Janeiro entre 1965 e 1968, por Ênio Silveira e Corbisier. Em oposição evidente ao golpe de 1964, ela possibilita certa aproximação entre intelectuais paulistas e cariocas. Além de Ianni, nela publicaram Florestan Fernandes, Gabriel Cohn, Cláudio Vouga e Roberto Schwarz.

mas, especializadas em antropologia e radicadas em instituições acadêmicas. Ambas ocuparam (nos anos de 1950), progressivamente, o espaço antes ocupado pela revista editada pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, sob orientação de Sérgio Milliet. Notou-se também a importância de ambas como instâncias de legitimação para Herbert Baldus, que dirigia a segunda, e Egon Schaden, editor da terceira. As revistas serviram também à publicação dos trabalhos dos sociólogos da USP, ausentes, como vimos, de *Sociologia* durante a maior parte da década de 1950. Os sociólogos iriam divulgar suas pesquisas, marcando posições, também nos jornais e em revistas de cultura como *Anhembi* e *Brasiliense*, voltadas aos círculos acadêmico e político. Estranhamente, já que não detinha o controle direto de nenhum periódico, o pólo forte das ciências sociais paulistas em tese estaria, nesse aspecto, um passo atrás em relação à Antropologia e à Escola de Sociologia e Política. No entanto, defendo hipótese oposta: por não estar diretamente vinculado a nenhuma revista, o grupo reunido por Florestan Fernandes em torno da Cadeira de Sociologia I produzia e publicava em abundância, sob o manto da neutralidade científica, apenas (aparentemente) em função do mérito inerente dos trabalhos realizados. Não questiono aqui a qualidade dos textos, mas, se eles pareciam “brotar” naturalmente, isso se explica pela estratégia provável de Florestan Fernandes, que, sem editá-los, exercia um controle razoável sobre o conjunto das revistas então existentes.

Revistas como *Anhembi* e *Brasiliense* revelam, por outro lado, que a autonomização científica era ainda incipiente, se comparada aos dias atuais. A configuração híbrida que as caracteriza é expressiva do campo intelectual e artístico subjacente, pouco diferenciado e, por isso mesmo, marcado por tensões agudas. Nessa direção, analiso agora o projeto editorial encampado por Antonio Candido e Décio de Almeida Prado no *Suplemento Literário*, esforço que exige pequena digressão sobre a trajetória do primeiro.

O crítico e sociólogo formou-se numa das primeiras turmas do curso de ciências sociais, assumindo em 1942 o cargo de professor assistente na Cadeira de Sociologia II, regida então por Fernando de Azevedo. Transitando entre as possibilidades abertas, para ele e para seus colegas, pela revista *Clima* – editada em dezesseis números mensais, de maio de 1941 a novembro de 1944, com interrupções, sobretudo entre abril de 1943 e agosto de 1944 – e as obrigações acadêmicas na universidade, passou a escrever semanalmente para a *Folha da Manhã* as “Notas de crítica literária” (de 7 de janeiro de 1943 a 21 de janeiro de 1945), depois publicadas

pelo *Diário de São Paulo* (20 de setembro de 1945 a 27 de fevereiro de 1947). Nesse ínterim, Antonio Candido tentou a vaga, em 1945, para a Cadeira de Literatura Brasileira, sendo derrotado em concurso polêmico, com o qual obteve a livre-docência em Letras. O ano de 1947 inaugura uma nova fase, marcada por maior envolvimento do jovem professor na sociologia. Para tanto contribuíram, ao mesmo tempo, a frustração com o resultado do concurso, a conquista do regime de trabalho integral para os assistentes e a decisão de sair um pouco de evidência para investir em trabalhos de fôlego, como seriam seu doutorado em Sociologia, *Os parceiros do Rio Bonito* (1954), e o livro *Formação da literatura brasileira* (1959).

Comparando sua trajetória com a de Florestan Fernandes, no período, percebem-se atitudes quase opostas. Antonio Candido, de certa forma, seguiu o conselho dado ao amigo em carta de 18 de fevereiro de 1947, na qual o advertia sobre o excesso de trabalho:

Você é um touro de trabalho, com uma produção científica altamente respeitável; mas tenho medo do desgaste a que você se submete. Você é muito novo e tem na frente um dos futuros mais belos do pensamento brasileiro; por isso mesmo é necessário poupar-se um bocado. Não desperdice as energias, moço!

Na verdade, a diferença fundamental não residiu no esforço maior de Florestan, mas no investimento imediato dos ganhos simbólicos obtidos não apenas com o mestrado (1948) e o doutorado (1951), mas com a grande quantidade de artigos e resenhas publicados. Ganhando prestígio em progressão geométrica, Florestan chegaria em 1954 praticamente ao topo da carreira, depois de realizar a quatro mãos a pesquisa sobre o preconceito racial em São Paulo, com Bastide, de quem herdaria a Cadeira de Sociologia I, com apenas 34 anos de idade. Antonio Candido agiria de maneira diferente, como revela um olhar panorâmico sobre sua bibliografia, na qual se percebe um intervalo significativo de 1947 a 1955. O autor não deixou de publicar, mas o fez discretamente, sem alarde, acumulando trunfos, ao mesmo tempo que elaborava pacientemente sua opção profissional definitiva.

Nesse sentido, enquanto preparava suas obras de fôlego, marcava presença na cena sociológica ao publicar um conjunto expressivo de textos, que garantiriam a continuidade possível de sua carreira como sociólogo⁷. O que importa, entretanto, não é especular se o caminho escolhido poderia ter sido outro, mas compreender as realizações efetivas à luz dessa tensão constitutiva. Vejamos como esse dilema se resolve por meio do *Suple-*

7. O período é marcado também por textos de militância, redigidos para a *Folha Socialista*, e por artigos de crítica literária, com destaque para a publicação antecipada de versões dos capítulos da *Formação* sobre Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar. Para uma análise circunstanciada de seus textos sociológicos (exceto os de sociologia educacional), remeto ao meu trabalho anterior, *A tradição esquecida* (2002). A bibliografia completa do autor foi reconstituída de forma impecável por Dantas (2002).

8. Ver Weinhardt (1987). *mento Literário do Estado de S. Paulo*⁸. Idealizado por Antonio Candido e dirigido por Décio de Almeida Prado, o *Suplemento* foi editado, segundo seu projeto inicial, de outubro de 1956 até o afastamento do crítico teatral, ocorrido em meados de 1967.

O primeiro ponto a ser destacado diz respeito à concepção do *Suplemento* como revista, cuja concorrente imediata seria a *Anhembi*, seguindo a sugestão de Mônica Pereira (1987). Lembramos que nesse periódico, editado desde 1951 por Paulo Duarte, praticamente não houve colaboração dos realizadores de *Clima*⁹. Mas o *Suplemento*, dado seu escopo e ideário, aproximava-se mais de uma publicação acadêmica, apesar de seu vínculo com *O Estado de S. Paulo*, essa aliás uma das razões que inviabilizaram (mas só depois de dez anos) sua continuidade no formato inicial. Essa orientação é claramente enunciada na “Apresentação” (n. 1, 6 de outubro de 1956), que recusava qualquer função jornalística:

9. Sobre *Clima*, consultar Pontes (1998).

Uma publicação que se intitula literária nunca poderia transigir com a preguiça mental, com a incapacidade de pensar, devendo partir, ao contrário, do princípio de que não há vida intelectual sem um mínimo de esforço e disciplina. Se não desejamos, em absoluto, espantar o leitor desprevenido mas de boa vontade, que encontrará como satisfazer a curiosidade nas seções meramente noticiosas, *jamais deveremos perder de vista o nosso alvo e ambição mais alta: a de servir como instrumento de trabalho e pesquisa aos profissionais da inteligência, exercendo uma constante ação de presença e estímulo dentro da literatura e do pensamento brasileiros.*

De fato, o texto enuncia não apenas a marca de *Clima*, o conceito de atividade intelectual como trabalho sistemático, mas, como indica a passagem grifada, o cunho acadêmico da empreitada intitulada *Suplemento Literário*. Aproveitemos o atalho. “Literário” aqui tem sentido amplo, englobando literatura propriamente dita (nacional e universal), teatro, cinema, artes plásticas, pensamento social, filosofia, política, sociologia, antropologia etc. A composição da *revista* mesclava ainda, aos estudos críticos, poesias, contos, desenhos e gravuras. Dessa forma, podemos apreender seu objetivo mais amplo, a “formação humanística”, expressão bem ao gosto de Antonio Candido.

Constituía a “espinha dorsal” do *Suplemento*, segundo a “Apresentação”, suas seções fixas de “Literatura brasileira”, “Letras estrangeiras”, “Teatro”, “Cinema”, “Música”, “Arte”, “Últimos livros”, “Revista das revistas”, “Crônica dos Estados” e “Resenha bibliográfica”. Como notou Marilene

Weinhardt, a seleção dos colaboradores, muito bem pagos pelo jornal, mesclava críticos não acadêmicos e acadêmicos, experientes e iniciantes. Entre os mais freqüentes estavam Augusto Meyer, Lúcia Miguel Pereira, Sérgio Milliet, Luís Martins, Wilson Martins, José Aderaldo Castello, Antonio Soares Amora, Sábato Magaldi, Paulo Emílio Salles Gomes, Lourival Gomes Machado. Antonio Candido escreveu mais nos anos iniciais e Décio de Almeida Prado praticamente não escreveu matéria assinada. Entre os então iniciantes figuravam, por exemplo, Roberto Schwarz e Davi Arrigucci Jr.

Para nossa argumentação, importa ainda perceber o modo e o significado da incorporação das ciências sociais no *Suplemento*¹⁰. Vejamos. Presença marcante dos cientistas sociais da USP ocorre, principalmente, nas resenhas. São colaboradores freqüentes Florestan Fernandes, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Egon Schaden, mas também comparecem Fernando Henrique, Octavio Ianni, Marialice Foracchi, Luís Pereira, Leoncio Martins Rodrigues. Ruy Coelho pouco escreve, como crítico ou sociólogo. Antonio Candido escreve sobre literatura, raramente alguma resenha sobre sociologia. Nos três primeiros anos da publicação (de outubro de 1956 a setembro de 1959), um certo padrão é recorrente, raramente não aparecendo uma resenha por número em sociologia ou em antropologia. Depois disso, e por mais três anos (de outubro de 1959 a setembro de 1962), a freqüência diminui, permanecendo num patamar inferior, ao redor de uma resenha a cada dois números. Nova queda ocorrerá, radicalizada, após abril de 1964, quando os cientistas sociais da USP praticamente desaparecem do *Suplemento*.

Processo semelhante se dá com os artigos, modalidade quase restrita às colaborações de Florestan Fernandes (principal autor entre os sociólogos da USP) e Egon Schaden. Nesse caso, registram-se mais ou menos dez artigos por ano (muitas vezes seriados em até três partes) até o sexto ano do *Suplemento*, completado em outubro de 1962. A partir de então a publicação de artigos de ciências sociais é praticamente interrompida. Essa breve descrição, em termos apenas quantitativos, sugere a existência de um certo padrão original, progressivamente abandonado (a interpretação é restrita às ciências sociais), talvez por problemas de ordem política.

Podemos supor também que esse processo refletiria a feição imposta ao *Suplemento* à medida que a direção de Décio de Almeida Prado se impunha, afastando-se, ao menos nesse ponto, do projeto inicial. De todo modo, a incorporação das ciências sociais ao *Suplemento* é compatível com a apreensão da sociologia e da antropologia como “pontos de vista”,

10. Constitui um dado importante, nesse sentido, a superposição temporal que aproxima o período de transição da sociologia para a literatura, na carreira acadêmica de Antonio Candido, aos anos iniciais do *Suplemento*. De acordo com depoimento do autor, ele teria comunicado a Fernando de Azevedo sua intenção de abandonar a carreira nas ciências sociais após a defesa de sua tese (entre 1954 e 1955). A transferência para Assis ocorre em 1958 e o retorno à USP, para assumir a recém-criada Cadeira de Teoria Literária e Literatura Comparada, em 1961.

tão válidos como aqueles formulados por outras “disciplinas humanísticas” às quais se alinhariam. Com esse espírito, o projeto realiza também, da parte do “sociólogo” Antonio Candido, uma concepção da disciplina que, sem abrir mão do rigor, a aproxima da literatura. A composição cria, aliás, um jogo interessante, pois o sociólogo mais prestigiado nas páginas da revista é Florestan Fernandes, para quem a publicação figuraria, entre outras, como espaço de legitimação da sociologia como ciência.

Quatro temas são privilegiados nos textos do sociólogo publicados no *Suplemento*. O primeiro é o folclore, com a defesa da perspectiva sociológica de análise em textos como “Os estudos folclóricos em São Paulo” (n. 6, 17 de novembro de 1956; n. 7, 24 de novembro de 1956; n. 8, 1^a de dezembro de 1956) e “Os estudos etnológicos e sociológicos do folclore em São Paulo” (n. 13, 4 de janeiro de 1957, e n. 14, 12 de janeiro de 1957), perspectiva essa realizada por Florestan na série sobre as “cantigas de ninar” (n. 50, 28 de setembro de 1957; n. 51, 5 de outubro de 1957; n. 52, 12 de outubro de 1957). O segundo tema diz respeito à sociologia brasileira, repassada com vistas à sua constituição como ciência, em “O condicionamento social dos estudos sociológicos no Brasil” (n. 64, 11 de janeiro de 1958), “Os estudos sociológicos no Brasil” (n. 65, 18 de janeiro de 1958, e n. 66, 25 de janeiro de 1958), “Sociologia e realidade brasileira” (n. 77, 19 de abril de 1958), “A renovação dos estudos sociológicos no Brasil” (n. 81, 17 de maio de 1958), “Os professores estrangeiros” (n. 85, 14 de junho de 1958). O terceiro é a educação, em perspectiva militante, na campanha a favor da escola pública, como em “Educação e democracia” (n. 120, 14 de fevereiro de 1959), “Educação e progresso social” (n. 123, 7 de março de 1959), “A ideologia dos educadores” (n. 126, 4 de abril de 1959), “Os escritores e a escola” (n. 158, 21 de novembro de 1959), “A posição dos escritores” (n. 160, 5 de dezembro de 1959), “Em defesa da escola pública” (n. 167, 30 de janeiro de 1960). Finalmente, o quarto tema, que incorporava o segundo, seria bem definido no título do artigo “Ciência e desenvolvimento” (n. 186, 18 de junho de 1960). Nessa direção, estariam ainda “Ciência e tecnologia” (n. 188, 2 de junho de 1960), “As ciências sociais” (n. 190, 19 de julho de 1960), “A ciência no Brasil” (n. 193, 6 de agosto de 1960) e, posteriormente, com ênfase nas possibilidades de mudança social, “Resistências à mudança social” (n. 259, 1^a de dezembro de 1961), “Um dilema social” (n. 263, 6 de janeiro de 1962), “Opções diante da mudança social” (n. 264, 13 de janeiro de 1962), “A civilização em mudança” (n. 267, 3 de fevereiro de 1962), “Democracia e mudança social” (n. 272, 10 de março

de 1962), “Os intelectuais e a mudança social” (n. 279, 5 de abril de 1962), “As alternativas da mudança social” (n. 282, 26 de maio de 1962).

Na seção de resenhas, mais do que Florestan¹¹ e Egon Schaden, Maria Isaura Pereira de Queiroz teve presença marcante, escrevendo por volta de cem comentários bibliográficos, de outubro de 1956 a meados de 1964, o que não é pouco e é certamente suficiente para reforçar sua trajetória, alavancada pelo doutorado defendido na França. Provavelmente em virtude disso, a socióloga responsabiliza-se, com frequência, pela bibliografia francesa. Constitui-se, já vimos, como intérprete especialista da obra de Bastide no Brasil e analisa ainda obras de Lévi-Strauss, Gurvitch e Mendras. Da bibliografia brasileira, comenta amplo espectro de assuntos e autores, mas é possível destacar alguns recorrentes, que servem de parâmetro para compreender-se o itinerário e o perfil intelectual construídos pela socióloga.

O estudo com o qual se diplomara na França, em 1956, na École Pratique des Hautes Études da Universidade de Paris, sob orientação de Bastide (reconhecido como doutorado em 1960, na USP), sobre o messianismo rústico do Contestado, abria um leque considerável de possibilidades para a autora. Legitimava-se, em primeiro plano, como especialista em movimentos messiânicos, tema para o qual fora conduzida pelo mestre francês a partir do curso “Sociologia do misticismo”, ministrado na USP em 1948. Em 1957, outro trabalho importante seria publicado – na *Anhembi*, como vimos acima –, provavelmente derivado da pesquisa sobre o Contestado, “O mandonismo local na vida política brasileira”. Não conhecemos os motivos que levaram a socióloga no ano seguinte, 1958, a transferir-se para a cadeira de Sociologia II, mas é certo que o fato lhe permitiu alçar vôo próprio. Embora compartilhasse com Florestan Fernandes uma atitude francamente positiva e militante em relação à sociologia – orientação afirmada por seu livro de 1958¹² –, a autora, como Antonio Candido, sempre valorizou o ensaio e o texto literário. Além disso, sua passagem pela França afastou-a teoricamente do sociólogo paulista – o que não significou a perda do grande respeito e da reverência por Florestan, e a indicação do alto nível de sua produção científica em resenhas escritas sobre seu trabalho para o *Suplemento* –, talvez em função do contato estreito por lá estabelecido com Georges Gurvitch.

Essa trajetória, brevemente descrita, credenciou Maria Isaura Pereira de Queiroz a assumir a responsabilidade de resenhar, no *Suplemento*, temáticas variadas, unificadas por remeterem à realidade brasileira, itinerário que reforçou sua consagração no meio cultural paulistano como

11. Sua participação nessa seção é também expressiva, junto com Cardoso, Ianni e Foracchi. Aqui, entretanto, o grupo é menos contundente do que em *Anhembi*, assumindo os comentários caráter mais informativo, embora seguindo a mesma direção das críticas realizadas na revista de Paulo Duarte.

12. A socióloga realizou a pesquisa em Santa Brígida, convidada pela Cátedra de Antropologia e Etnografia na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia. Thales de Azevedo apresenta a autora como especialista em “Sociologia da religião”, assistente de Roger Bastide e Florestan Fernandes e doutorada pela Sorbonne. A autora dedica a Florestan um exemplar nos seguintes termos: “Para Florestan Fernandes, o grande mestre na matéria, com a homenagem sincera e a admiração real de Maria Isaura”. Na introdução do trabalho, o viés sociológico da pesquisa é destacado e filiado explicitamente ao autor.

representante destacada da sociologia paulista. Para tanto, sua passagem pela França foi decisiva, constituindo o maior trunfo, não podemos esquecer, da socióloga que conquistou uma posição independente na FFCL-USP no final dos anos de 1950, afastando-se do grupo liderado por Florestan Fernandes na cadeira de Sociologia I. Esse movimento se consolidaria nos anos de 1960, não apenas em função da produção intelectual de Maria Isaura, mas também pela criação do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (Ceru), em 1964, e da revista *Cadernos Ceru*, em 1968.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. (2001), "A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais". In: Miceli, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*, São Paulo, Sumaré.
- DANTAS, Vinicius. (2002), *Bibliografia de Antonio Candido*. São Paulo, Editora 34.
- FERNANDES, Florestan. (1958), *A etnologia e a sociologia no Brasil*. São Paulo, Anhembi.
- GARCIA, Sylvia. (2002), *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo, Editora 34.
- JACKSON, Luiz Carlos. (2002), *A tradição esquecida: "Os parceiros do Rio Bonito" e a sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte/São Paulo, UFMG/Fapesp.
- LIMONGI, Fernando. (1987a), "Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a *Revista Brasileira*". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 5 (2), out.
- _____. (1987b), "Revista *Sociologia*: a ELSP e o desenvolvimento da sociologia em São Paulo". *Caderno IDESP*, 1 (série "História das Ciências Sociais").
- MICELI, Sergio. (1989), "Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais". In: _____ (org.). *História das ciências sociais no Brasil*, São Paulo, Idesp/Vértice/Finep, vol. 1.
- PEREIRA, Mônica. (1987), "*Anhembi*: criação e perfil de uma revista de cultura". *Textos Idesp*, 2 (série "História das Ciências Sociais").
- PONTES, Heloisa. (1998), *Destinos Mistos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1958), *Sociologia e folclore: a dança de São Gonçalo num povoado baiano*. Salvador, Programa de Pesquisas Sociais da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, 1.
- WEINHARDT, Marilene. (1987), *O Suplemento Literário d'O Estado de S. Paulo (1956-67)*. Brasília, Instituto Nacional do Livro.

Resumo

O artigo analisa o desenvolvimento das ciências sociais paulistas nas décadas de sua formação (1940-1965), a partir da análise dos principais periódicos editados na época. Desse ponto de vista, as tensões e as disputas – entre instituições acadêmicas, grupos e personagens – mais expressivas do contexto indicado são demarcadas em função das diferentes estratégias adotadas pelos agentes no âmbito das revistas especializadas em ciência e cultura.

Palavras-chave: Intelectuais; Sociologia paulista; Periódicos; Grupos acadêmicos.

Abstract

The article analyzes the development of the social sciences in São Paulo in its formative beginnings (1940-1965), from the standpoint of its principal journals at that time. From this perspective, tensions and disputes more characteristic in that specific context – among academic institutions, groups and actors – are outlined within the different strategies adopted by those mentioned agents operating through the specialized journals in science and culture.

Keywords: Intellectuals; Sociology in São Paulo; Journals; Academic groups and leaders.

Luiz Carlos Jackson é doutor em Sociologia pela USP (2003), professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e autor de *A tradição esquecida: “Os parceiros do Rio Bonito” e a sociologia de Antonio Candido* (2002).